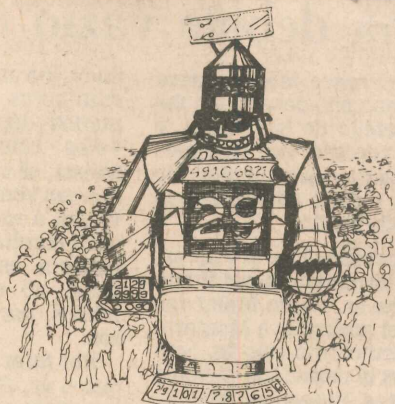


Tendências / Debates

Os artigos publicados com assinatura dos autores não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

AJ10-947



Como construir um PIB biônico

DÉRCIO GARCIA MUNHOZ

Quando se observa a atual discussão sobre qual teria sido o comportamento do PIB brasileiro no ano passado — ou seja, a produção de bens e serviços dentro do País — as opiniões tornadas públicas por alguns setores do governo não deixam de causar estranheza, e mesmo preocupações, na medida em que os cálculos ainda estão no “forno”, surpreendentemente à espera de redefinições quanto aos métodos de apuração. E afinal há sempre o risco de que, aberta a caixa de surpresas, apareçam números mágicos que atendam aos desejos, mas que conspurquem a realidade.

Há razões, por outro lado, para se temer o aparecimento daquilo que alguém já denominou de PIB “biônico”, fruto de laboratórios de estatística que fariam inveja ao maquiavélico Dr. Silvana, das histórias em quadrinhos, com suas diabólicas criações. Pois em outras oportunidades instituições da maior respeitabilidade têm sido colocadas em situações comprometedoras para defender ficções aritméticas que atendam a homens momentaneamente poderosos. Que não tiveram grandeza para enfrentar a consequência dos próprios atos, ou os frutos da impotência diante de restrições mais fortes.

Até recentemente calcular o PIB brasileiro constituía uma rotina na Fundação Getúlio Vargas. A despeito das dificuldades naturais e das limitações metodológicas. Causa surpresa, assim, que o IBGE pretenda agora introduzir inovações, na esperança de mudar um quadro conhecido da produção industrial de 1981, que registrou queda

Mais correto que a estranha tese que floresce em áreas governamentais, seria considerar que o sistema financeiro reduziu a sua “produção” em 12,5% no ano de 1981 — que é a queda observada no volume médio real de empréstimos ao setor privado. Ou seja, o comportamento dos empréstimos após “descontada” a inflação. Mais correto porque, com a crescente “importação” de empréstimos no exterior, o Brasil passou a gerar, em outros países do mundo (ou nos seus sistemas bancários), parte do produto, do emprego e da renda antes criados no sistema financeiro interno. Mais “serviços” bancários obtidos no exterior — menos “serviços” bancários produzidos no País.

Então o “produto” do setor financeiro caiu em 12,5% no ano de 1981? É o mais provável, mas ainda assim não se pode dizer que tal metodologia, com toda a sua simplicidade, esteja correta ou completa. Embora esteja infinitamente mais próxima da realidade que a “loucura” de medir o produto real pelos lucros. Afinal aumento dos lucros pode estar significando apenas que, para um dado volume de produção e de renda gerada, alguém esteja enriquecendo às custas do empobrecimento de outros. Um processo de redistribuição de renda que, sob o manto da tecnicidade dirigida, pode mesmo ter um caráter mafioso. Pode ter. O que não significa que necessariamente o tenha.

Mas se vencer a tese de medir o produto do sistema financeiro pelos lucros elevados às custas

A construção da grande ordem

ROBERTO MARTINS

Se as antigas elites brasileiras do Império conseguiram construir a Ordem para a Nação — com progresso para poucos —, o trabalho das novas elites de agora é o de consolidar, como meo, um pacto político que assegure, desta feita, a continuidade de um novo projeto que é o da Grande Ordem para o Brasil. Pacto político, diga-se, entre as próprias elites, e muito menos difícil do que se possa imaginar.

O projeto da Grande Ordem é este que se expressa através de alguns termos como “Brasil Potência” ou “Brasil no Primeiro Mundo”, usados mais recentemente com maior fluência por alguns estamentos, principalmente da fatia das elites civis. O projeto da Grande Ordem é expresso também, e sobretudo, através de feitos reveladores de uma estratégia bem concebida na sua clareza de propósitos. Quem não está vendo é quem já morreu política e ou intelectualmente.

Os gastos monumentais do setor público, com os seus também monumentais déficits, estão aí em obras que mostram e demonstram esta aspiração de grandiosidade. Siderbrás, Eletrobrás, Itaipu, falam por si muito claramente desta estratégia. A nova fronteira para o Oeste, também. Neste exemplo, a criação do Estado de Rondônia vai além de uma cartada eleitoral, vai além de um casuismo.

Muito mais além de um casuismo, entre outros tantos casuismos que as oposições no Brasil estão enfrentando. E enfrentando mal, desde que elas próprias operam casuisticamente. Os arquitetos da Grande Ordem estão construindo um colosso de casa. Discutir o piso do banheiro vale relativamente muito pouco se todo o sistema hidráulico já estiver sendo instalado.

O principal a assinalar é o fato de que este projeto do Brasil Grande não está sendo discutido. E de se temer até que em escala extensiva nem esteja sendo percebido na sua profundidade, e muito menos conhecido por meio de um trabalho maior de pesquisa de informações e de reflexões mais sistematizadas. A propósito, deve ser tomado aqui um possível e rico exemplo deste descaso. Não seria adequado afirmar que o livro do general Golberri do Couto e Silva, “Conjuntura Política Nacional — O Poder Executivo e Geopolítica do Brasil”, seja a planta deste projeto. Inclusive porque, em várias partes, seu texto está desatualizado. (Com habilidade e circunspeção, o próprio autor enuncia sua tentação em atualizar os ensaios que compõem o livro.) Mas de qualquer forma este livro reflete em alguma medida o ideário de um grupo importante para a implementação de várias políticas que se têm implementado no Brasil, que é o da chamada “Sorbonne”. Além de ser — ou de ter sido — o pensamento de um militar-intelectual que tem ocupado cargos e desempenhado funções (e é bom lembrar, nem sempre dentro do governo) de profundas influências na orientação do regime revolucionário de 64 em diante.

metodológicas. Causa surpresa assim, que o IBGE pretenda agora introduzir inovações, na esperança de mudar um quadro conhecido da produção industrial de 1981, que registra queda da produção nunca antes observada, iniciando aquele órgão depois do ano encerrado uma já agora suspeita pesquisa sobre atividades de empresas com menos de cinco empregados, no ano passado. O que se pretende, afinal, depois de 15 anos de uso da amostra das empresas maiores como representativa do universo industrial: por que não mais servem informações utilizadas com sucesso no passado, a julgar pela euforia com que eram anunciados os êxitos do milagre?

Outro aspecto ligado à produção do setor industrial é que em situações de crise as empresas que mais sofrem as consequências da histeria monetarista são as de pequeno porte. Constituem presas mais fáceis do oligopólio financeiro que, como um polvo insaciável, amplia escandalosa e abusadamente a sua participação na renda do País. À custa dos mais fracos.

Se as empresas menores reconhecidamente sofrem mais nas crises aprofundadas pelos monetaristas, o que pretende o IBGE sacar de última hora? Um PIB industrial "biônico", desconhecendo os milhões de desempregados no País? Seria cinismo em demasia.

Com relação ao setor financeiro também novas mágicas estão sendo defendidas em algumas áreas do governo. Mas medir o crescimento do setor pelo aumento dos lucros é mais que uma insensatez, mais que uma afronta a qualquer princípio metodológico. É uma agressão ao bom senso, ao conhecimento mais elementar disponível ao homem comum. Pois o lucro dos Bancos nada tem a ver, necessariamente, com o crescimento do setor, como se procurará agora elucidar.

Uma empresa qualquer pode aumentar os seus lucros de diversas formas: aumentando o volume de produção; reduzindo os salários reais de seus funcionários; não transferindo os ganhos para os preços finais; aumentando os preços finais além da elevação dos custos; aumentando a produtividade pelo uso mais eficiente dos equipamentos; com receitas financeiras principalmente aplicando recursos de terceiros, etc. Como se vê, só na primeira hipótese o aumento dos lucros, em termos globais, estaria ligado ao aumento da produção — o que significa um volume maior de bens ou de serviços, e possivelmente aumento no emprego, nas rendas salariais etc. Os lucros do sistema bancário não se explicariam, todavia, pelo aumento da produção, mas sim pela elevação dos preços (juros) acima do aumento dos custos. Nada tendo a ver com crescimento real do setor.

Mas se vencer a tese de medir o produto do sistema financeiro pelos lucros elevados às custas do resto da economia e da sociedade — assim "fabricando" um PIB global positivo, fotogênico e agradável aos olhos e ao paladar — então a pátria está salva. Pois também o setor industrial pôde registrar aumento em 1981, a despeito da menor produção e do elevado desemprego. Basta ver o relatório e balanço da Souza Cruz, já publicados: vendeu menos cigarros, mas os lucros estouraram. Com aumentos absurdos nos preços. E com aplicações financeiras no "Open" — emprestando ao governo o dinheiro do próprio governo, representado por impostos ainda não recolhidos. Só com tais aplicações aquela empresa faturou perto de Cr\$ 9,0 bilhões, causando inveja a milhões de empresários comerciais e industriais, já que no Brasil apenas umas 500 empresas conseguem faturar — com todo o esforço de produção e comercialização — o que a Souza Cruz conseguiu faturar só no "Open". Essa máquina maldita que estrangula e dilacera o País no jogo diário, favorecendo os mais fortes com correção monetária do dinheiro em caixa. Jogo impune e isento de impostos. Praticamente isento. Talvez à semelhança apenas de Las Vegas.

Então pode-se adotar a grande invenção. Todo o País aplicando no "Open" — a "ciranda financeira" — assim aumentando os lucros das empresas. Considerando o aumento dos lucros como aumento do produto, logicamente o PIB vai estourar de crescer. Sem fazer muita força. E todos ficarão felizes com a mágica do PIB. E ninguém mais precisará preocupar-se com a produção de bens e serviços. Para que a agricultura? Para que a indústria e o comércio? E o novo mundo. O paraiso prometido, que chega através do mundo financeiro.

Mas não se pode esquecer que alguém terá de produzir pilulas para alimentação. Pois caso contrário corre-se o risco de morte por inanição. Mesmo com o PIB crescendo rapidamente face aos grandes lucros que todos aprenderam a obter.

O que se pretende dizer, ao final, é algo mais sério. Advertindo, ou apenas lembrando, que as instituições devem ser respeitadas. Pois os homens passam, mas elas permanecem. Como um marco de glória de nossas ações no passado. Ou com as marcas da nódoa criadas por homens cuja estatura não se igualava à das instituições por eles denegridas.

Décio Garcia Munhoz é professor de Economia Internacional da Universidade de Brasília.

metodológicas. Causa surpresa assim, que o IBGE pretenda agora introduzir inovações, na esperança de mudar um quadro conhecido da produção industrial de 1981, que registra queda da produção nunca antes observada, iniciando aquele órgão depois do ano encerrado uma já agora suspeita pesquisa sobre atividades de empresas com menos de cinco empregados, no ano passado. O que se pretende, afinal, depois de 15 anos de uso da amostra das empresas maiores como representativa do universo industrial: por que não mais servem informações utilizadas com sucesso no passado, a julgar pela euforia com que eram anunciados os êxitos do milagre?

Mas é surpreendente constatar a total ou quase total ausência de discussão sobre o livro do general Golberi. O que pensam a respeito, por exemplo, as oposições? Ou as oposições não pensam, mas apenas reagem casuisticamente?

Mais especificamente, o que pensam a respeito os "ideólogos nordestinados", das observações e formulações que os textos do general Golberi fazem sobre a região Nordeste? Esta região é privilegiadamente cidadíssima ao longo daqueles textos, e acima de tudo envolvida em avaliações de destinos estratégicos, umas extremamente discutíveis quando se pensa em um princípio básico como é o da soberania nacional; e outras intrigantemente despretensiosas quando se leva em conta um implícito projeto de Brasil Grande-Potência, como é desejado pelas elites.

Vejamos pelo menos duas observações e formulações contidas nos ensaios do general Golberi, particularmente referindo-se ao Nordeste brasileiro. Cito os seguintes trechos: "... além de que, de forma alguma, pode desmerecer a importância estratégica do Nordeste brasileiro, não para nós que nada queremos do outro lado do Atlântico, mas para os EUA, que já se engajaram a fundo na defesa da Europa, como plataforma de ataque ou simplesmente de salto por sobre o oceano ao continente africano onde desde já se situa, ao norte, o cinturão de importantes bases aéreas das quais se espera deter qualquer avanço comunista para oeste e martelar o coração industrial da Rússia. Além do mais, nosso Nordeste é um amplo e inigualável porta-aviões que permitirá aos comboios norte-americanos que demandem a África e a Europa, a segurança da travessia oceânica, na parte mais estreita e, portanto, mais vulnerável do Atlântico." (p. 51-52.) E continuando: "Se a geografia atribuiu à costa brasileira e a seu promontório nordestino um quase monopólio de domínio no Atlântico Sul, esse monopólio é brasileiro, deve ser exercido por nós exclusivamente, por mais que estejamos, sem tergiversações, dispostos a utilizá-lo em benefício de nossos irmãos do Norte, a que nos ligam tantos e tão tradicionais laços de amizade e de interesses, e em defesa ao mesmo tempo da civilização cristã, que é a nossa, contra o imperialismo comunista de origem exótica." (p. 52.)

Estes são escritos do início da década de 50. Mas só uma consciência ingênua iria desprezá-los como significativos referenciais da história política — passada e futura — do Nordeste. E do Brasil. A construção da Grande Ordem passa pelo Nordeste, ou melhor, por um Nordeste geopoliticamente estratégico. Pergunta-se: tem esta concepção do Nordeste passado pela cabeça dos nossos cientistas sociais, políticos e técnicos, para pelo menos um instante de reflexão? A questão da defesa do Atlântico Sul não está tão em voga? Atualizando um pouco as formulações do general Golberi, como se recompõem os mapas de sua geopolítica com a recente situação de Angola?

O projeto do Brasil Grande está aí sendo realizado. O livro do general Golberi pode não ser a única planta aprovada para este projeto. Mas constitui-se em um estimulante pretexto — no mínimo —, para que debates fundamentais sejam colocados na ordem do dia. Antes que o Destino, que não escolhemos, bata à nossa porta.

Roberto Martins é sociólogo e crítico de cultura, mestre em Comunicações pela Michigan State University, EUA, professor-adjunto e pesquisador do curso de mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.